

**EXEC no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.324.039 - SP
(2018/0174356-3)**

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECLAMANTE : DURVAL MORETTO
ADVOGADO : DURVAL MORETTO (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP043400
RECLAMADO : QUARTA TURMA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
INTERES. : ECOPAL AUDITORES INDEPENDENTES -
MICROEMPRESA
INTERES. : RICARDO DA SILVA
ADVOGADO : JOSÉ RUBENS PESSEGHINI E OUTRO(S) - SP053897

DECISÃO

Vistos etc.

Embora a petição 738.941/2018 do expediente avulso (e-STJ), complementada pela 216.441/2019 também do expediente avulso (e-STJ), se afigure pouco precisa quanto à causa de pedir (fatos e fundamentos jurídicos) e pedido (ausência de especificação), é possível formular, desde logo, um juízo de improcedência do requerimento elaborado pelo Sr. Durval Moretto.

É que, ao que se depreende da narrativa ali elaborada, o petitório traz pretensões relacionadas à continuidade do cumprimento de sentença que já está em curso perante o Juízo da 8ª Vara Cível do Foro Central da comarca de São Paulo (autos registrados sob o nº 0028371-09.2016.8.26.0100), processo do qual se originou o agravo de instrumento interposto pela ECOPAL AUDITORES INDEPENDENTES e RICARDO SILVA e, via de consequência, o agravo em recurso especial 1.324.039/SP - já definitivamente julgado pelo em. Min. Marco Buzzi.

Ante o exposto, e considerando ao Superior Tribunal de Justiça não compete a análise de quaisquer das pretensões formuladas nas petições apresentadas pelo requerente, pois o presente agravo em recurso especial sequer foi conhecido (fls. 171/172, e-STJ), **indefiro as postulações constantes das petições de fls. 3/6 (expediente avulso) e 12/20 (expediente avulso, e-STJ).**

Intimem-se.

À Coordenadoria de Execução Judicial.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Presidente da Seção

